

RESERVA DE VAGAS E O ACESSO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Priscila de Pinho Valente¹; Maria de Fátima Cóssio²

¹Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – Priscila.valente@riogrande.ifrs.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – fatimacossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Educação Técnica Profissional vem recebendo grande incentivo do governo central e, assim, a quantidade de Instituições Técnicas Federais vem crescendo rapidamente. Nesse contexto, esta pesquisa pretende verificar qual o alcance das políticas públicas de reserva de vagas, com a implantação da Lei 12.711, também conhecida como “Lei das Cotas”, nos Institutos Federais, e sua relação com a garantia do direito ao acesso e à permanência na escola. A fim de garantir o direito à permanência, os Institutos Federais contam com profissionais que trabalham diretamente com os estudantes em questões referentes à dificuldade de aprendizagem, problemas psicológicos e com ajuda financeira através de diversos auxílios. Desse modo, o presente estudo busca verificar o processo de inserção, desenvolvimento e aprendizagem dos cotistas, a fim de investigar de que forma a Instituição se organiza ou se modifica para o acolhimento e acompanhamento desses estudantes. Assim, a pesquisa apresenta-se como uma avaliação de políticas públicas educacionais e, desta forma, se apoiará nos trabalhos sobre as abordagens teórico-metodológicos relacionados à área de análise de políticas públicas de Mainardes, Ball, Shiroma, dentre outros.

Uma vez aprovada a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 2013, passou a destinar 50 % das vagas para alunos oriundos de escolas públicas e destas, reserva vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas, para que esta ação afirmativa alcance seu objetivo inicial, isto é, de reduzir as desigualdades socioeconômicas, a instituição precisa adotar algumas estratégias para que o aluno permaneça na escola, conforme consta na Constituição Federal de 1988 e na LDB 9394/96.

O acesso e a permanência na escola são, portanto, direitos garantidos por Lei. No entanto, a implantação do sistema de cotas nas Instituições Federais não representa sozinha a ferramenta para garantia desses direitos. Ainda não existe apoio a essas Instituições no sentido de orientar e instrumentalizar a respeito de como as mesmas podem auxiliar no processo de permanência dos estudantes cotistas. Todo preconceito social que afeta os diferentes grupos acabam influenciando o ambiente escolar. A permanência de muitos alunos depende de como é este ambiente escolar. Os sujeitos envolvidos nesta atmosfera (alunos, professores, técnicos - administrativos) são os responsáveis pela qualidade desse ambiente, pois interferem no tipo de relacionamento interpessoal que se estabelece.

Os Institutos Federais possuem uma estrutura privilegiada que conta com Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos e assistência médica e odontológica. Além disso, os alunos recebem ajuda financeira através do auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio material escolar, auxílio creche, entre outros. Toda esta estrutura visa garantir a permanência do aluno na escola até sua conclusão, evitando a evasão. No entanto, não há um trabalho pontual e direcionado para servir

de apoio à política de reserva de vagas, pois essa estrutura não foi pensada com o objetivo de conduzir o processo de auxílio à permanência apenas dos cotistas, mas sim de toda a comunidade escolar.

O Objetivo do presente estudo é, portanto, investigar o alcance dessa política pública de reserva de vagas para a garantia do princípio da igualdade e do direito à Educação Básica, considerando as variáveis que interferem na permanência dos alunos na escola, entre elas as próprias limitações e dificuldades da Instituição.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza por um estudo de caso, numa abordagem qualitativa. Este método permitirá observar e compreender as angústias dos sujeitos e suas necessidades de adaptação ao IFRS, tendo especial atenção as variáveis que podem afetar, positivamente ou negativamente, o desempenho e a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Os sujeitos deste estudo serão os alunos que ingressaram na instituição em 2014, através da Política de Reserva de Vagas na modalidade de Ensino Médio Técnico Integrado. Em 2014, o Câmpus objeto do estudo ofereceu 192 vagas para o Ensino Médio Integrado, sendo 96 delas destinadas a Reserva de vagas.

Após a identificação dos sujeitos da pesquisa por meio de análise documental, será feita análise dos registros escolares, notas, frequências para identificar o desempenho quantitativo desse grupo no ano.

Além do acompanhamento dos alunos sujeitos, no que diz respeito ao seu processo de inserção, desenvolvimento e aprendizagem, pretende-se investigar de que formas a Instituição se organiza ou se modifica para o acolhimento e acompanhamento destes estudantes. Setores como Direção de Ensino, Registro Acadêmico, Assistência Estudantil, Coordenação Pedagógica e Comissão Permanente de Seleção serão centrais no desenvolvimento deste estudo.

Os instrumentos utilizados para obtenção dos dados qualitativos serão obtidos através de questionários, entrevistas e grupos focais, com os próprios alunos e com a equipe envolvida no processo educacional; gestores, professores e técnicos administrativos. Os questionários com algumas perguntas fechadas e outras abertas, para identificar o clima escolar, seus planos futuros, bem como seu nível sócio cultural.

Esses documentos, produzidos ao longo do processo de pesquisa, consistirá o *corpus* da análise textual. Metodologicamente o estudo do *corpus* da pesquisa será realizado através da análise de conteúdo no formato proposto por Roque Moraes (1999).

A fim de unificar os dados obtidos através dos instrumentos de coleta, será utilizada a técnica da Triangulação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ressalta-se que a pesquisa está em andamento e encontra-se na fase de seleção dos sujeitos e levantamento dos dados, bem como leitura e estudo dos referenciais teóricos.

4. CONCLUSÕES

Acredita-se que o presente estudo pode contribuir com o debate acerca das ações afirmativas nas Instituições Técnicas Federais e verificar qual seu alcance como instrumento de efetivação dos objetivos das políticas públicas de reserva de vagas para garantir do princípio da Igualdade e do direito à Educação Básica.

Em âmbito local, procuramos identificar e traçar estratégias que visem colaborar para permanência dos alunos cotistas no IFRS Câmpus Rio Grande.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Celso. **Na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARRUDA, Paula (Coord). **Direitos Humanos: questões em debate**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.
- BALL, S. J. **Politics and policy making in education: explorations in policy sociology**. Nova York: Routledge, 1990.
- _____. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da globalização**, p. 121-137. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf> Acesso em 10/mar/2014.
- _____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**. v. 6, n. 2, p. 10-32, jul/dez. 2006.
- _____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- BARBOSA GOMES, Joaquim Benedito. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Educação e Metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: QuartierLatin, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOTO, Carlota. **A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos**. Revista Educação e Sociedade, v.26, nº 92, Campinas, 2005.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2004.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.
- CASTRO, Cláudio Moura. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- Decreto nº 7824/12 - Regulamenta a lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 16 dez. 2013.
- GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- KELSEN, Hans. **O problema da justiça**. Traduzido por João Baptista Machado. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Título Original: Das Problem der Gerechtigkeit.

- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução francesa da 2ª edição alemã, por Ch. Einsenmann, Paris: Dalloz, 1962.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação. Porto Alegre: PUCRS, v22, n.37, mar.1999.
- Portaria 18/2012 do MEC - http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf
- PRESIDÊNCIA da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 16 dez. 2013.
- SHIROMA, Eneida Oto. **Política e Educação**. 4º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8 nº 16, jul/dez 2006, p.20-45.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.